

Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Pjus Participações S.A.

31 de dezembro de 2023
com Relatório do Auditor Independente

31 de dezembro de 2023

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

A Administração da PJUS PARTICIPAÇÕES S.A. submete à apreciação dos acionistas o Relatório de Administração¹ e as correspondentes Demonstrações Financeiras, as quais estão de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

MENSAGEM DO CEO

Tenho a tarefa especial de escrever como um novo CEO que assumiu em meados de 2023. O fato de escrever como CEO indica que a empresa iniciou um processo de profissionalização.

A primeira grande questão de 2023 para a gestão foi o desafio de constituir uma entidade que se autoperpetua, dependa menos dos seus fundadores no dia a dia e incorpore a sua visão e experiência de uma forma estruturada sem que percam a energia e a inteligência.

No decorrer dos anos, muitas empresas incríveis fizeram parte da história da Pjus e foram criadas por fundadores que temos como extraordinários. Atualmente, esses fundadores dão espaço, de maneira gradual, à uma estrutura de gestão profissional que atua desde 2023 e a qual vem atuando diligentemente para dar o rumo que a Companhia precisa. Nesse contexto:

- Estamos trazendo gestores-chave de outras indústrias, já que muitos dos líderes do setor de precatório já trabalham na Pjus, e estamos trabalhando para reter e energizar os profissionais da empresa, bem como atrair profissionais com outras habilidades e experiências para que possam contribuir.

- Buscamos manter a abertura entre acionistas, fundadores e gestão por ser positivo para a operação. Na medida em que esse espaço existe, há uma articulação mais nítida de processos, o que facilita discussões mais ricas sobre o produto. É particularmente bom porque estamos em larga escala e isso requer mais pessoas, números e processos objetivos.

- Estamos trabalhando para manter as experiências dos fundadores e da equipe. O objetivo é transformar essa experiência incrível e incomparável de mais de 10.000 (dez mil) créditos de diversas jurisdições do Brasil em conhecimento que pode ser usado e explorado. O processo-

¹ As informações do Relatório da Administração estão apresentadas em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

chave é investir significativamente em sistemas e um ERP próprio para originação, subscrição e gestão de precatórios. Best in class.

Outra grande questão do ano de 2023 foi a decisão dos governos federais sobre o pagamento de precatórios federais. Este foi um acontecimento positivo do ponto de vista econômico e evidencia a importância de o governo cumprir suas obrigações, fomentando a percepção de segurança institucional. O fato não foi positivo apenas para a Pjus e outros investidores do setor, mas também para as pessoas que demandaram o governo federal e que, após anos de litígio, venceram. Forçar essas pessoas a um atraso após serem julgadas judicialmente traria mais incerteza ao sistema brasileiro

A redução da incerteza jurídica é um ponto-chave no desenvolvimento econômico e tem sido objeto de investigação de muitos vencedores do Prêmio Nobel da Economia. E, como tal, a nossa empresa ajuda a reduzir a incerteza quando alguém eventualmente vence um litígio contra o governo.

Ao encerrar o ano passado, gostaria de agradecer ao Conselho, acionistas, funcionários, parceiros e clientes pela contribuição para que consigamos cumprir nossos objetivos como empresa.

A EMPRESA

Fundada em 14 de dezembro de 2020, a PJUS PARTICIPAÇÕES S.A (“Companhia” ou “Pjus S.A.”) é uma holding constituída sob a forma de Sociedade Anônima de capital fechado, com o objetivo principal de utilizar capital próprio para investir em outras empresas e fundos de investimento.

A Companhia controla diretamente a empresa operacional originadora Pjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda (“Pjus Ltda”) e indiretamente a empresa operacional Pxjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda (“Pxjus Ltda”). Igualmente investidora em fundos, a Pjus S.A. atualmente controla e utiliza o Ativos Judiciais Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado (“FIM”), fundo consolidador, para investir em diversos Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (“FIDCs”).

O nicho de mercado no qual a Pjus S.A. atua é o de compra de ativos judiciais (direito creditório/precatório), dos credores², pessoas físicas ou jurídicas, que possuem títulos exigíveis contra os Entes Federativos e seus respectivos órgãos.

ESTRUTURA SOCIETÁRIA

² No âmbito de atuação da Pjus S.A., credores são os titulares dos precatórios que possuem valores a receber do Estado (sejam eles entes municipais, estaduais ou federais).

Inicialmente constituída por três acionistas (pessoas físicas), o modelo de negócio da Pjus S.A chamou a atenção de investidores experientes e profissionais que possuem uma reconhecida e renomada instituição como gestora para alavancagem do negócio. Foi nesse contexto, em março de 2021, que ingressou na sociedade, ainda como minoritário, o Ativos Judiciais Fundo De Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), que tem como gestora a XP Vista Asset Management Ltda (“XP Asset”).

Com a entrada do FIP como acionista minoritário e o aumento da carteira de direitos creditórios, a relação evoluiu para um modelo no qual o FIP passe a controlar a companhia. Dessa forma, em outubro de 2023, o FIP se tornou acionista majoritário da Companhia.

PANORAMA ECONÔMICO

A economia brasileira, no ano de 2023, apresentou comportamento dinâmico com o aumento dos preços de produtos e serviços, o que gera um contexto de endividamento e inadimplência. Cerca de 78% (setenta e oito por cento) da população encontra-se endividada e 29% (vinte e nove por cento) das famílias brasileiras estão inadimplentes³.

Essa conjuntura acentua a necessidade da população em receber qualquer recurso de forma prévia. É nesse sentido que tal cenário se torna relevante para o contexto da Pjus S.A. na compra de precatórios. Quanto maior a necessidade de monetização antecipada do ativo pela população que possui créditos constituídos junto aos Entes e respectivos órgãos, maior será a abrangência de atuação da Pjus S.A. e suas controladas. A população não tem interesse em ficar refém do prazo concedido por lei aos Entes para pagamento das dívidas constituídas em processos judiciais.

MODELO DE NEGÓCIO E CONTEXTO OPERACIONAL ATUAL

O modelo de negócio é voltado para a aquisição de ativos, materializados em direitos creditórios expressos em precatórios⁴. A atividade e o foco de atuação da Companhia aproveitam o contexto da população brasileira de necessidade de monetização antecipada do ativo, decorrentes de processos judiciais junto aos Entes Federativos e seus órgãos (Federal, Estadual ou Municipal). Entretanto, por outro lado, a operação lida com a imprevisibilidade e ocorrência de alterações das legislações e regulamentações pátrias, além de oscilação nos prazos de pagamentos dos valores devidos pelos entes aos credores.

Atualmente a empresa passa por um processo de profissionalização da Administração, iniciada em 30 de maio de 2023 e que perdurará por todo o ano de 2024.

³ Dados da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), 2023.

⁴ Precatório é uma requisição de pagamento expedida pela Justiça para determinar que um órgão ou entidade pública pague determinada dívida, resultante de uma ação judicial para qual não cabe mais recurso (Conselho da Justiça Federal - CJF).

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

O desempenho econômico da Pjus S.A. está associado ao volume de aquisições de ativos judiciais, taxas de retorno e prazo de pagamento.

No ano de 2023⁵ as aquisições originadas pela empresa operacional tiveram uma queda de 40% (quarenta por cento), em valor total de aquisições, se comparadas com o ano de 2022⁶. Essa queda é reflexo do processo de estruturação pelo qual passa o modelo de negócio atual. A busca pela solidez das operações e projeções mais acertadas dos retornos são essenciais à sustentação da credibilidade do modelo Pjus e consolidação da reputação de mercado. É o que se buscou no decorrer do ano de 2023 e o que se planeja firmar no ano de 2024.

Ainda há longo caminho a percorrer e espaço para aumento das margens. Na sequência do ano de 2024 é esperado um aumento na produção e originação da Empresa Operacional Pjus Ltda e consequente retomada de crescimento das aquisições. A Pjus S.A. mantém a gestão de riscos e o monitoramento dos créditos para conservar a solidez e qualidade da carteira dos veículos de investimentos e fundo consolidador.

Para financiamento das atividades, visando mais aquisições e melhores condições operacionais, a Companhia realizou sua 1ª emissão de debêntures, em 09 de novembro de 2023, e buscou a estruturação de novo fundo, com início das atividades a partir de janeiro de 2024.

PERSPECTIVAS

A Pjus S.A projeta a continuidade de expansão das atividades operacionais de suas controladas em 2024, com a busca de novos produtos e aumento das aquisições e carteira de clientes. Para isso, as ações de profissionalização, instrumentalização, criação de processos, melhorias internas, refinamento dos controles e apuração dos resultados operacionais serão motores de impulsionamento.

O principal foco da reorganização operacional e estrutural da Companhia é aumentar a escalabilidade da atividade para conquistar mercado e aumentar a produção. O objetivo final é atingir níveis máximos de retornos, com parâmetros apurados e solidez de resultados.

AUDITORES INDEPENDENTES

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram auditadas pela Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Ltda.

⁵ Valor aproximado de aquisições de R\$ 399MM em 2023.

⁶ Valor aproximado de aquisições de R\$ 664MM em 2022.

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA

A Diretoria Executiva declara que revisou, discutiu e concordou com a opinião expressa no relatório dos Auditores Independentes, emitido em 18 de abril de 2024, sobre as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2024.

A Administração,

Pjus Participações S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2023

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas....1

Demonstrações financeiras auditadas

Balancos patrimoniais.....	7
Demonstrações dos resultados.....	8
Demonstrações dos resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da

Pjus Participações S.A.

Belo Horizonte - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Pjus Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Investimento em direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Conforme apresentado na nota explicativa 7, em 31 de dezembro de 2023, o saldo de investimentos em direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios, totalizava R\$ 881.371 mil, representando 96% dos ativos consolidados da Companhia e suas controladas.

Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância e complexibilidade da transação, assim como em função do processo de avaliação, que envolve julgamento significativo da administração, uma vez que é baseado em premissas que são afetadas por condições econômicas e de mercado futuras.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a confirmação da existência dos direitos creditórios por meio de contratos originadores e termos de cessões, verificação da correta valorização dos direitos creditórios através do recálculo independente dos ativos, análise dos fluxos de recebimentos das amortizações e juros dos direitos creditórios durante o exercício. Adicionalmente: (i) obtivemos o entendimento das políticas, metodologia e critérios utilizados para identificação de evidências que possam afetar a mensuração do ajuste ao valor justo dos direitos creditórios; (ii) avaliamos a razoabilidade e a consistência das principais premissas e a metodologia utilizada; (iii)

efetuamos cálculo independente do ajuste ao valor justo dos direitos creditórios; (iv) avaliamos a adequação da provisão por redução ao ajuste a valor justo, considerando os fluxos de pagamento dos devedores, as garantias formalizadas e seus respectivos valores líquidos, e; (v) avaliamos a adequação das divulgações da Companhia sobre o assunto.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de direitos creditórios com aquisição substancial de riscos e benefícios, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos aceitáveis os critérios e premissas adotados pela Administração para confirmação da existência e avaliação dos direitos creditórios, assim como as respectivas divulgações em nota explicativa, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.



Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte, 18 de abril de 2024.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Claudia', is placed above the printed name of the signatory.

Claudia Gomes Pinheiro
Contador CRC MG-089076/O

Pjus Participações S.A.

Balanços patrimoniais

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Ativo circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.348	56.811	16.213
Títulos mantidos para negociação	6	-	-	28
Contas a receber		-	-	-
Créditos reembolsáveis a receber		-	-	-
Direitos creditórios	7	-	-	376.162
Impostos a recuperar		7	7	131
Despesas antecipadas		-	-	442
Créditos com partes relacionadas	8.1	-	6.272	-
Outros ativos		315	353	507
Total do ativo circulante		6.670	63.443	393.483
Ativo não circulante				
Direitos creditórios	7	-	-	505.209
Créditos com partes relacionadas	8.1	-	2.395	-
Depósitos judiciais e cauções		-	-	36
Investimentos	9	278.905	95.949	6.734
Imobilizado	10	-	-	2.298
Intangível	11	-	-	9.202
Direito de uso	12	-	-	1.202
Total do ativo não circulante		278.905	98.344	524.681
Total do ativo		285.575	161.787	918.164
Passivo circulante				
Contas a pagar		18	1	10.539
Impostos e contribuições a recolher	13	116	27	1.830
Salários, provisões e obrigações sociais	14	-	-	3.244
Passivo de arrendamento	12	-	-	500
Outros passivos circulantes		183	299	183
Total do passivo circulante		317	327	16.296
Passivo não circulante				
Cotas Seniores Fundo de Investimento	15	-	-	503.052
Debêntures	16	38.168	-	38.168
Provisão para contingências	17	-	-	48
Passivo de arrendamento	12	-	-	886
Impostos diferidos	22.1	35.617	13.447	36.291
Outros passivos não circulantes		30	29	30
Total do passivo não circulante		73.815	13.476	578.475
Total do passivo		74.132	13.803	594.771
Patrimônio líquido	18			
Capital social		160.076	125.500	160.076
(-) Capital a Integralizar		(4.576)	-	(4.576)
Reserva de capital		5.000	5.000	5.000
Reserva de lucros		48.403	16.617	48.403
Reserva legal		2.540	867	2.540
Total do patrimônio líquido dos acionistas controladores		211.443	147.984	211.443
Participação dos acionistas não controladores		-	-	111.950
Total do passivo e patrimônio líquido		285.575	161.787	918.164

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Pjus Participações S.A.

Demonstrações dos resultados

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
		(Reapresentado)			
Receita operacional líquida	19	-	-	238.695	132.966
Custo dos serviços prestados	20	-	-	(18.415)	(19.178)
		-	-	220.280	113.788
Receitas (despesas) operacionais					
Despesas administrativas	20	(1.345)	(525)	(45.517)	(28.034)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	58.979	23.748	6.734	1.451
Outras despesas		(2.397)	-	(2.628)	(956)
		55.237	23.223	(41.411)	(27.539)
Lucro antes do resultado financeiro		55.237	23.223	178.869	86.249
Receitas financeiras		3.700	4.662	6.929	10.809
Despesas financeiras		(737)	(28)	(83.559)	(47.907)
	21	2.963	4.634	(76.630)	(37.098)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		58.200	27.857	102.239	49.151
Imposto de renda e contribuição social	22.2	(2.572)	(200)	(2.680)	(251)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(22.169)	(12.103)	(22.645)	(12.178)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(24.741)	(12.303)	(25.325)	(12.429)
Resultado líquido do exercício		33.459	15.554	76.914	36.722
Controladores		33.459	15.554	33.459	15.554
Não controladores		-	-	43.455	21.168

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Pjus Participações S.A.

Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Lucro líquido do exercício	33.459	15.554	76.914	36.722
Resultado abrangente	33.459	15.554	76.914	36.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Pjus Participações S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	Capital social	Capital a Integralizar	Reserva de capital	Reserva lucros	Reserva legal	Resultados acumulados	Patrimônio líquido de acionistas controladores	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	65.500	-	5.000	-	-	1.788	72.288	12.685	84.973
Aumento do capital social	60.000	-	-	-	-	-	60.000	-	60.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	15.554	15.554	21.168	36.722
Ajuste reflexo de investimento	-	-	-	-	-	142	142	-	142
Constituição de reserva	-	-	-	16.617	867	(17.484)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	31.617	31.617
Saldos em 31 de dezembro de 2022	125.500	-	5.000	16.617	867	-	147.984	65.470	213.454
Aumento do capital social	34.576	(4.576)	-	-	-	-	30.000	-	30.000
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	33.459	33.459	43.455	76.914
Constituição de reserva	-	-	-	31.786	1.673	(33.459)	-	-	-
Participação de não controladores	-	-	-	-	-	-	-	3.025	3.025
Saldos em 31 de dezembro de 2023	160.076	(4.576)	5.000	48.403	2.540	-	211.443	111.950	323.393

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Pjus Participações S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Resultado do exercício	33.459	15.554	76.914	36.722
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:				
Depreciação e amortização	20	-	1.832	781
Provisões para perdas e contingências, líquido	17	-	12	(7)
Apropriação de direitos creditórios	7.1	-	(225.061)	(149.981)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	(23.748)	-	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	22.2	12.103	22.696	12.185
Juros de arrendamento	21	-	141	98
Juros sobre cotas seniores	21	-	82.589	47.661
Juros sobre debêntures	21	-	668	-
	(2.683)	3.909	(40.209)	(52.541)
Variações nos ativos e passivos operacionais:				
Contas a receber de clientes	-	-	4	326
Créditos reembolsáveis a receber	-	-	4	(2)
Direitos creditórios	-	-	(98.063)	(215.085)
Despesas antecipadas	-	-	(120)	(106)
Outros ativos	37	45	(252)	(347)
Depósitos judiciais e cauções	-	-	(36)	29
Contas a pagar	18	1	3.911	5.397
Impostos e contribuições a recolher	1.245	61	1.596	771
Salários, provisões e obrigações sociais	-	-	(894)	1.415
Outros passivos	(114)	(78)	(205)	686
	1.186	29	(94.055)	(206.916)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.156)	(34)	(1.240)	(886)
Caixa líquido gerado pelas (aplicados nas) atividades operacionais	(2.653)	3.904	(135.504)	(260.343)
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Títulos mantidos para negociação	6	-	997	(1.025)
Aquisição de participação em investidas	9	-	(5.283)	(1.451)
Aquisição de ativo imobilizado e intangível	10 e 11	-	(5.025)	(4.626)
Aumento de capital em controlada	9.1	(6.200)	-	-
	(123.977)	(6.200)	(9.311)	(7.102)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos				
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Aumento do capital social integralizado	18	60.000	30.000	60.000
Aporte de capital de acionistas não controladores	-	-	3.026	31.618
Cotas Seniores Fundo de Investimento	-	-	16.825	212.403
Debêntures	16	-	37.500	-
Transações com partes relacionadas	8	(8.700)	2.462	(15)
	76.167	51.300	89.813	304.006
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamentos				
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa no exercício	(50.463)	49.004	(55.002)	36.561
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	56.811	7.807	71.215	34.654
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	6.348	56.811	16.213	71.215
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	(50.463)	49.004	(55.002)	36.561

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras Individuais e consolidadas

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

1. Contexto operacional

A Pjus Participações S.A., ("Pjus S.A", "Controladora" ou "Companhia") foi criada em 29 de dezembro de 2020 e iniciou suas operações em 25 de janeiro de 2021, e tem como principais atividades: a Participação no Capital Social de Outras Sociedades, Simples ou Empresárias, como Sócia Acionista ou Quotista, no País ou no Exterior.

A Companhia tem sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais.

Em 18 de dezembro de 2020, os acionistas celebraram um acordo de investimento e Outras Avenças, tal como aditado em 17/03/2021, estabelecendo diretrizes gerais e condições da operação do negócio.

A Companhia mantém participação, direta ou indireta, em Companhias controladas, direta ou indiretamente, cujas atividades principais estão descritas a seguir:

Controladas	Participação	31/12/2023	31/12/2022
PJUS Investimentos em Direitos Creditórios Ltda ("PJUS")	Direta	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIM")	Direta	100,00%	100,00%
PXJUS investimentos em direitos creditórios Ltda. ("PXJUS")	Indireta	100,00%	100,00%
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I ("FIDC AJ1")	Indireta	69,76% (*)	58,18% (*)
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais II ("FIDC AJ2")	Indireta	49,96% (*)	50,00% (*)
ADJUD I Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios não - padronizados	Indireta	14,43% (**)	15,00% (**)
Fundo de investimento em direitos creditórios consórcio	Indireta	00,00% (**)	33,33% (**)

(*) Participação relativas às cotas subordinadas dos fundos de investimento.

(**) Investidas não consolidadas

Controladas diretas

PJUS Investimentos em Direitos Creditórios Ltda ("PJUS") - Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade limitada constituída em 19/02/2018, cujo principal objeto é a prestação de serviços de consultoria especializada a fundos de investimento, por meio de auxílio na prospecção e estruturação de investimentos em direitos creditórios, e a assistência a celebração de contratos de cessão e prestação de serviços com intermediários das operações dos fundos e na condução de carteiras de investimentos dos fundos. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha 100% de participação sobre esta investida pelo montante de R\$ 20.329 mil (R\$ 3.786 mil em 2022).

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Fundo de Investimento Multimercado Crédito Privado ("FIM") - Foi constituído em 26 de novembro de 2020 e iniciou suas atividades em 22 e março de 2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. Destina-se a receber aplicações de recursos provenientes exclusivamente de investidores profissionais, nos termos do artigo 9-A da Instrução CVM nº 539 ("ICVM 539"), de 13 de novembro de 2013.

O objetivo do Fundo é investir seus recursos em uma carteira de ativos financeiros que poderá envolver vários fatores de risco, sem o compromisso de concentração em nenhum fator em especial. A meta do fundo será buscar o maior retorno absoluto possível para o Fundo e seus cotistas. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha 100% de participação sobre esta investida pelo montante de R\$ 258.576 mil (R\$ 92.163 mil em 2022).

Controladas indiretas

PXJUS investimentos em direitos creditórios Ltda. ("PXJUS") - Com sede em Belo Horizonte, Estado de Minas Gerais, é uma sociedade limitada constituída em junho de 2020, cujo principal objeto é a realização de investimentos em direitos creditórios. Em 31 de dezembro de 2023, a Companhia detinha 100% de participação sobre esta investida pelo montante de R\$ 5.212 mil (R\$ 1.857 mil em 2022).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I ("FIDC AJ1") - iniciou suas atividades em 23 de março de 2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de quinze anos a contar da 1º data de integralização e cotas. As cotas somente serão resgatadas quando da liquidação do Fundo, sendo permitida a amortização das cotas, nos termos do regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detém 69,76% de participação societária sobre este fundo de investimento por meio de 85.917.203,60 cotas subordinadas (31 de dezembro de 2022: a Companhia detinha 58,18% de participação sobre este fundo de investimento, por meio de 49.042.241,42 cotas subordinadas).

Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I ("FIDC AJ2") - iniciou suas atividades em 06 de julho de 2021, sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração de quinze anos a contar da 1º data de integralização e cotas. As cotas somente serão resgatadas quando da liquidação do Fundo, sendo permitida a amortização das cotas, nos termos do regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia detém 49,96% de participação societária sobre este fundo de investimento por meio de 18.147.423,36 cotas subordinadas (31 de dezembro de 2022: a Companhia detinha 50% de participação sobre este fundo de investimento, por meio de 8.379.593,16 cotas subordinadas).

Os Fundos FIDC AJ1 e FIDC AJ2, coletivamente denominados "FIDCs" ou "Fundos", têm como objetivo proporcionar aos cotistas, observada a política de investimento, de composição e de diversificação de sua carteira, a valorização das cotas por meio da aplicação de recursos preponderantemente em direitos creditórios, assim como a PXJUS.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Investidas

Em 2022 a Companhia adquiriu participação societária nas seguintes investidas, as quais serão, coletivamente, denominadas "Outros Fundos".

ADJUD I FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS NÃO-PADRONIZADOS ("ADJUD I") - iniciou suas atividades em 30 de março de 2022 sob a forma de condomínio de condomínio fechado, de modo que as cotas somente serão resgatadas em caso de sua amortização integral do Fundo. O Fundo tem por objetivo proporcionar rendimento aos cotistas, por meio do investimento dos recursos do Fundo na aquisição de direitos creditórios que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do, descrita no regulamento do Fundo. Em 31 de dezembro de 2023 a companhia detem 14,43% sobre esta investida por meio de 3.653.268,92 cotas subordinadas (31 de dezembro de 2022: a Companhia detinha 15% sobre esta investida, por meio de 1.245.307.31 cotas subordinadas).

O FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS CONSÓRCIO ("Consórcio") - iniciou suas atividades em 04 de maio de 2022 sob a forma de condomínio fechado, com prazo de duração indeterminado. O Fundo tem por objetivo proporcionar aos Cotistas a valorização de suas Cotas, por meio da aplicação dos recursos do Fundo na aquisição de Direitos Creditórios Elegíveis e Ativos Financeiros de acordo com os critérios de composição e diversificação estabelecidos pela legislação e regulamentação vigente e no Regulamento. Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia não detem participação sobre esta investida (31 de dezembro de 2022: a Companhia detinha 33,33% sobre esta investida, por meio de 266.67 cotas subordinadas).

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

a) Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP"). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Adicionalmente, o Grupo considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações financeiras. Dessa forma, as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela administração na sua gestão.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas e sua emissão foi autorizada pela Diretoria em 18 de abril de 2024, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que tiveram efeito sobre as demonstrações financeiras.

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras.

Todas as informações relevantes utilizadas pela administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas demonstrações financeiras.

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

b) Uso de estimativas e julgamento

Na preparação das demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamento, estimativa e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

c) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota explicativa 3.e e 9 - investimentos e base de consolidação: determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida, incluindo fundos de investimento.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia consideram os saldos do FIM, FIDC AJ1 e FIDC AJ2. A Companhia avaliou que sua participação nos fundos de investimento, através de integralidade da participação societária no FIM e maioria da participação nas cotas subordinadas dos fundos de investimento em direito creditório aufere o controle à Companhia. Como resultado da estrutura e regulamento do fundo os detentores das cotas seniores dos fundos de investimento em direito creditório têm o direito a retorno pré-determinado, conforme evidenciado à nota explicativa 15. Dessa forma, os fundos de investimentos em direito creditório e consequentemente a Companhia, estão efetivamente garantindo os retornos aos cotistas seniores. Dessa forma, a Grupo avaliou que os direitos de voto dos cotistas seniores não são um fator dominante na decisão de quem controla a entidade, uma vez que a Companhia detém o controle por meio de efetiva participação na gestão dos fundos de investimento em direito creditório, incluindo processo de prospecção de precatórios, por meio da controlada PJUS, disponibilizados aos fundos de investimento em direito creditório. Portanto, a Companhia concluiu que os fundos de investimento são entidades estruturada nos termos do CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas, controlando tais fundos. As cotas seniores são contabilizadas como passivo financeiro de longo prazo, sendo o rendimento do investimento contabilizado como despesas com juros.

d) Incerteza sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas as premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste nos saldos contábeis de ativos e passivos no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 3.f e 3.g - Imobilizado e Intangível - determinação da vida útil;
- Nota explicativa 17 - Provisão para demandas judiciais - determinação da probabilidade e valor da perda das demandas judiciais;
- Nota explicativa 19 - Receita líquida - determinação do valor da taxa de performance;
- Nota explicativa 3.k - Contas a receber - perda esperada de crédito;
- Nota explicativa 7 e 19 - Direitos creditórios - determinação da taxa de atualização dos montantes dos direitos creditórios

Dessa forma, quando da efetiva liquidação desses ativos ou passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados.

e) Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto quando mencionado ao contrário, conforme descrito nas práticas contábeis.

O custo histórico geralmente baseia-se no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada organizada entre participantes do mercado na data da mensuração, independentemente de esse preço ser diretamente observável ou estimado usando outra técnica de avaliação. Ao estimar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia leva em consideração as características do ativo ou passivo no caso de os participantes do mercado levarem essas características em consideração na precificação do ativo ou passivo na data de mensuração.

2.1 - Reapresentação de informações anteriormente apresentadas

As demonstrações do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 além das notas explicativas 19, de receita líquida, e 20, de custos e despesas por natureza, da Pjus Participações S.A., originalmente aprovada em 17 de maio de 2023 estão sendo reapresentados para fins de comparação, em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, em função dos seguintes fatos:

- a) Nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2022 do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I originalmente apresentadas, os custos nas aquisições de direitos creditórios foram apresentados como “despesas de comissão com intermediação de precatórios” e “Cartório”, dentro do grupo de Despesas Administrativas. Esses custos foram reclassificados para a linha de Receita Operacional Líquida, como resultado com direitos creditórios.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		31/12/2022	31/12/2022	31/12/2022
	Nota	(Original)	(Ajustes)	(Reapresentado)
Receita operacional líquida	19	146.641	(13.675)	132.966
Custo dos serviços prestados	20	(19.178)	-	(19.178)
		127.463	(13.675)	113.788
Receitas (despesas) operacionais				
Despesas administrativas	20	(41.709)	13.675	(28.034)
Resultado de equivalência patrimonial	9.1	1.451	-	1.451
Outras despesas		(956)	-	(956)
		(41.214)	13.675	(27.539)
Lucro antes do resultado financeiro		86.249	-	86.249
Receitas financeiras		10.809	-	10.809
Despesas financeiras		(47.907)	-	(47.907)
	21	(37.098)	-	(37.098)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		49.151	-	49.151
Imposto de renda e contribuição social	22.2	(251)	-	(251)
Imposto de renda e contribuição social corrente		(12.178)	-	(12.178)
Imposto de renda e contribuição social diferido		(12.429)	-	(12.429)
Resultado líquido do exercício		36.722	-	36.722
Controladores		15.554	-	15.554
Não controladores		21.168	-	21.168

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

3. Principais políticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou para outras finalidades. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

Por conseguinte, normalmente, um investimento se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, resgatáveis até 90 (noventa) dias, a contar da data da contratação.

b) Contas a receber

Os recebíveis, oriundos de prestações de serviços, são reconhecidos à medida em que os serviços prestados são dados como concluídos pelo cliente e o direito à compensação financeira é contratualmente adquirido pela Companhia ou suas controladas.

c) Direitos creditórios com aquisição substancial dos riscos e benefícios

Os direitos creditórios cedidos vincendos têm seu valor calculado de acordo com a apropriação dos respectivos rendimentos (correspondentes ao deságio aplicado sobre o seu valor de face, quando da aquisição dos direitos creditórios pelos Fundos de Direitos Creditórios ("FIDCs"), e/ou à remuneração a receber, como juros ou bônus) exponenciais, pelo prazo a decorrer até o seu vencimento, observado o disposto na Instrução CVM nº 489, de 14 de janeiro de 2011.

Os direitos creditórios são classificados nos seguintes grupos:

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (i) Operações com aquisição substancial de riscos e benefícios: quando os Fundos adquirem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente;
- (ii) Operações sem aquisição substancial de riscos e benefícios: quando os Fundos não adquirem substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade do direito creditório objeto da operação, não ensejando na baixa do direito creditório no registro contábil do cedente.

d) Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação, atendendo o seguinte critério de contabilização:

Títulos para negociação

São os títulos e valores mobiliários adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos intrínsecos e ajustados a valor de mercado, em que as perdas e os ganhos realizados e não realizados sobre esses títulos são reconhecidos no resultado.

e) Investimentos e base de consolidação

Nas demonstrações financeiras da controladora os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A demonstração do resultado reflete a participação da Companhia nos resultados operacionais da investida. Eventual variação em outros resultados abrangentes das investidas é apresentada como parte de outros resultados abrangentes da Companhia. Adicionalmente, quando houver variação reconhecida diretamente no patrimônio da investida, a Companhia reconhece sua participação em quaisquer variações, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

i) *Controladas*

A Companhia controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia obtiver o controle até a data em que o controle deixa de existir. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma entidade para auferir benefícios de suas atividades.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

ii) Cotas de fundos de investimentos

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em cotas de fundos de investimentos são registrados pelo valor de aquisição e atualizados, diariamente, pelos respectivos valores das cotas, divulgados pelos respectivos administradores.

Conforme evidenciado à nota explicativa 2.c, as demonstrações financeiras consolidadas da Companhia incluem os saldos dos fundos de investimento uma vez que a Companhia controla tais entidades.

iii) Perda de controle

Quando a entidade perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada. Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se o Grupo retém qualquer participação na antiga controlada, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

iv) Transações eliminadas na consolidação

Saldo e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados. Ganhos não realizados oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial são eliminados em contrapartida ao investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira de que os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

v) Participação de não controladores

A Companhia elegeu mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Uma mudança na participação sobre a controlada que não resulta em perda de controle é contabilizada como uma transação entre acionistas, no patrimônio líquido. O resultado do período e cada componente dos outros resultados abrangentes são atribuídos aos proprietários da controladora e à participação dos não controladores. Perdas são atribuídas à participação de não controladores, mesmo que resultem em um saldo negativo.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

f) Imobilizado

i) *Reconhecimento e mensuração*

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

O imobilizado, o intangível e outros ativos não circulantes são revistos anualmente para a identificação de evidências de perdas de valores não recuperáveis "*Impairment*" ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

ii) *Depreciações*

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Equipamento de informática	5 anos
Instalações	10 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas, aparelhos e equipamentos	10 anos
Benfeitorias em propriedades de terceiros	4 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

g) Intangível

Os Ativos intangíveis são mensurados ao custo no momento do seu reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas acumuladas de valor recuperável.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Ativos intangíveis são amortizados ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à perda por redução ao valor recuperável sempre que houver indicação de perda de valor econômico do ativo. O período e o método de amortização para um ativo intangível com vida definida são revisados no mínimo no fim de cada exercício social. Mudanças na vida útil estimada ou no consumo esperado dos benefícios econômicos futuros desses ativos são contabilizadas por meio de mudanças no período ou método de amortização, conforme o caso, sendo tratadas como mudanças de estimativas contábeis. A amortização de ativos intangíveis é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa consistente com a utilização do ativo intangível.

Um ativo intangível é desreconhecido quando da sua venda (ou seja, a data em que o beneficiário obtém o controle do ativo relacionado) ou quando não são esperados benefícios econômicos futuros a partir de sua utilização ou venda. Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento do ativo (a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) é reconhecido na demonstração do resultado do exercício.

Custos de pesquisa e desenvolvimento

Os gastos com pesquisas são registrados como despesas, quando incorridos, e os gastos com desenvolvimento vinculados a inovações tecnológicas dos produtos existentes são capitalizados, quando atendidos todos os aspectos a seguir enumerados:

- Pode ser demonstrada a viabilidade técnica para concluir o ativo de forma que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Há a intenção e capacidade do Grupo de concluir o ativo intangível e de usá-lo ou vendê-lo;
- Pode ser demonstrada a forma pela qual o ativo intangível gerará benefícios econômicos futuros;
- Recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir seu desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível estão disponíveis; e
- O Grupo possui a capacidade de mensurar com confiabilidade os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

A amortização é iniciada quando o desenvolvimento é concluído e o ativo encontra-se disponível para uso pelo período dos benefícios econômicos futuros.

A tabela a seguir apresenta um resumo das políticas aplicadas aos ativos intangíveis do Grupo:

	Software	Desenvolvimento de produtos
Vida útil	Definida (5 anos)	Definida (5 anos)
Método de amortização utilizado	Amortização linear	Amortização linear (Quando o ativo estiver disponível para uso)

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

h) Arrendamentos

O Grupo avalia, na data de início do contrato, se esse contrato é ou contém um arrendamento. Ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

O Grupo aplica uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e arrendamentos de ativos de baixo valor. O Grupo reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes.

Ativos de direito de uso

O Grupo reconhece os ativos de direito de uso na data de início do arrendamento (ou seja, na data em que o ativo subjacente está disponível para uso). Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, sendo o prazo médio dos arrendamentos de 5 anos.

Em determinados casos, se a titularidade do ativo arrendado for transferida para o Grupo ao final do prazo do arrendamento ou se o custo representar o exercício de uma opção de compra, a depreciação é calculada utilizando a vida útil estimada do ativo. Os ativos de direito de uso também estão sujeitos a redução ao valor recuperável.

Passivos de arrendamento

Na data de início do arrendamento, o Grupo reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento.

Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos (incluindo, substancialmente, pagamentos fixos) menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Os pagamentos de arrendamento incluem ainda o preço de exercício de uma opção de compra razoavelmente certa de ser exercida e pagamentos de multas pela rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento exercer a opção de rescindir a arrendamento.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Os pagamentos variáveis de arrendamento que não dependem de um índice ou taxa são reconhecidos como despesas (salvo se forem incorridos para produzir estoques) no período em que ocorre o evento ou condição que gera esses pagamentos.

Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, o Grupo usa a sua taxa de desconto incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, uma mudança no prazo do arrendamento, uma alteração nos pagamentos do arrendamento (por exemplo, mudanças em pagamentos futuros resultantes de uma mudança em um índice ou taxa usada para determinar tais pagamentos de arrendamento) ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente.

Arrendamentos de curto prazo e de ativos de baixo valor

O Grupo aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo a seus arrendamentos de curto prazo de máquinas e equipamentos (ou seja, arrendamentos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra). Também aplica a concessão de isenção de reconhecimento de ativos de baixo valor a arrendamentos de equipamentos de escritório considerados de baixo valor. Os pagamentos de arrendamento de curto prazo e de arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

i) Provisão para contingências e depósitos judiciais

Depósitos judiciais

Existem situações em que a Companhia e suas controladas questionam a legitimidade de determinados passivos ou ações movidas contra si. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria Administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo sem que haja caracterização da liquidação do passivo, permitindo que a Companhia e suas controladas continuem questionando as ações. Nestas situações, embora os depósitos ainda sejam ativos da Companhia e de suas controladas, os valores somente são liberados mediante o recebimento de uma decisão judicial final favorável.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Provisão de contingência

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tiver uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado; for provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação; e uma estimativa confiável do valor da obrigação puder ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, por exemplo, por força de um contrato de seguro, o reembolso é reconhecido como um ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. A despesa relativa a qualquer provisão é apresentada na demonstração do resultado, líquida de qualquer reembolso.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como o prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

j) Benefícios a empregados

Os benefícios concedidos a empregados e diretores da Companhia incluem, em adição à remuneração fixa (salários, contribuições para a seguridade social (INSS), férias e 13º salário), remunerações variáveis como participação nos lucros e plano de previdência privada.

O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. Estes benefícios são registrados no resultado do exercício quando a Companhia tem uma obrigação com base em regime de competência.

k) Receitas

A receita compreende a contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades e é reconhecida no momento da prestação dos serviços e da apropriação de rendas sobre direitos creditórios. A receita é apresentada líquida de impostos, das devoluções dos abatimentos e dos descontos.

A receita operacional consolidada da Companhia advém, substancialmente dos Fundos pela apropriação de rendas sobre direitos creditórios, conforme prática evidenciada à nota explicativa 3.c.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Demais receitas

i) Receita de comissões

A Pjus Ltda recebe mensalmente uma remuneração (comissão comercial) pelo serviço de negociação, análise e recomendação de compra de direitos creditórios para fundos de investimento. O valor da comissão é calculado conforme regulamento de cada Fundo, com base na quantidade de direitos creditórios adquiridos pelo Fundo no mês. O preço de aquisição dos direitos creditórios é determinado pela expectativa de prazo de recebimento dos ativos quando forem pagos pelos Entes Públicos e por um deságio aplicado sobre o valor esperado de recebimento.

Quando da cessão dos direitos creditórios, as correspondentes comissões são imediatamente reconhecidas no resultado, quando existentes.

ii) Receita de taxas de administração

A Pjus Ltda receberá, mensalmente, pelos serviços de consultoria aos Fundos de Investimento, uma Taxa de Administração incidente sobre o Patrimônio Líquido de cada Fundo, conforme regulamento. O Patrimônio Líquido é composto pelos direitos creditórios adquiridos deduzido do passivo correspondente aos recursos captados junto a investidores qualificados como profissionais.

iii) Receita de taxas de performance

A Pjus Ltda fará jus a remuneração semestral a título de performance ("Taxa de Performance"), correspondente a 20% (vinte por cento) da rentabilidade das Cotas Subordinadas Juniores dos Fundos de Investimento que excederem a 100% (cem por cento) da variação da Taxa DI.

iv) Receita de RPV

A receita da controlada se origina de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, decorrente de requisição de pagamento de quantia a que entes públicos tenham sido condenados em processo judicial, para valores totais de até 60 salários mínimos ("requisições de pequeno valor" ou RPVs), que poderão prever, conforme a sua origem e natureza, incidência de juros e correção monetária.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

v) Provisão para perdas esperadas

Para apuração da provisão para créditos de liquidação duvidosa sempre que houver evidência de redução no valor recuperável dos ativos financeiros do grupo, avaliados pelo custo amortizado, deverá ser registrado uma provisão para perdas. A perda por redução no valor de recuperação será mensurada e registrada pela diferença entre o valor contábil do ativo antes da mudança de estimativa e o valor presente do novo fluxo de caixa esperado, calculado após a mudança de estimativa, desde que a mudança seja relacionada a uma deterioração da estimativa anterior de perdas de créditos esperadas. Em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 não houve necessidade de constituição de provisão.

l) Receitas e despesas financeiras

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

m) Impostos

A Companhia e suas controladas estão enquadradas no seguinte regime de tributação:

- Pjus Participações S.A: Lucro Presumido;
- Pxjus Investimentos em direitos creditórios: Lucro Presumido;
- Pjus Investimentos em direitos creditórios Ltda: Lucro Real.

As empresas enquadradas no regime de tributação pelo lucro presumido consideram a presunção de 32% sobre a receita, conforme cálculo demonstrado na nota explicativa 22. Em conformidade com o Regulamento do Imposto de Renda (Decreto nº 9.580/2018) as Empresas deverão apurar o Imposto de Renda à alíquota de 15% e Contribuição Social sobre Lucro Líquido de 9% sobre o lucro real e a controlada sobre o lucro presumido apurado. Adicionalmente, à parcela do lucro real e do lucro presumido que exceder ao valor resultante da multiplicação de R\$20.000,00 (vinte mil reais) pelo número de meses do respectivo período de apuração está sujeita à incidência de adicional de imposto à alíquota de 10% (dez por cento), que será apurado juntamente com o imposto de renda apurado pela aplicação da alíquota geral de 15%.

i) Imposto de renda - Fundos

Os rendimentos auferidos pelos fundos de investimento são tributados por ocorrência da amortização e/ou resgate de cotas pelas alíquotas regressivas de acordo com o prazo médio da carteira dos Fundos e com o prazo do investimento. O prazo médio é determinado com base no prazo de vencimento dos títulos e valores mobiliários, ressaltando-se que os direitos creditórios não são considerados para tal cálculo:

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Caso as carteiras dos Fundos tenham prazo médio superior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- 20% em aplicações com prazo superior a 181 a 360 dias;
- 17,5% em aplicações com prazo superior a 361 e inferior a 720 dias;
- 15% em aplicações com prazo superior a 720 dias

Caso as carteiras dos Fundos tenham prazo inferior médio inferior a trezentos e sessenta e cinco dias, calculado conforme metodologia regulamentada pela Secretaria da Receita Federal, os rendimentos auferidos estão sujeitos ao imposto de renda retido na fonte às seguintes alíquotas:

- 22,5% em aplicações com prazo de até 180 dias;
- e 20% em aplicações com prazo superior a 181 a 360 dias.

ii) *Tributos diferidos*

Tributo diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Passivos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias, exceto:

- Quando o passivo fiscal diferido surge do reconhecimento inicial de ágio ou de um ativo ou passivo em uma transação que não for uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta o lucro contábil ou o lucro ou prejuízo fiscal; e
- Sobre as diferenças temporárias tributárias relacionadas com investimentos em controladas, em que o período da reversão das diferenças temporárias pode ser controlado e é provável que as diferenças temporárias não sejam revertidas no futuro próximo.

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados, exceto:

- Quando o ativo fiscal diferido relacionado com a diferença temporária dedutível é gerado no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e, na data da transação, não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável (ou prejuízo fiscal); e

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- Sobre as diferenças temporárias dedutíveis associadas com investimentos em controladas, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente na extensão em que for provável que as diferenças temporárias sejam revertidas no futuro próximo e o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Demais tributos

As receitas estão sujeitas à tributação pelo Imposto sobre Serviços (ISS); a Contribuição para Programa de Integração Social (PIS) e a Contribuição para financiar a Seguridade Social (COFINS) conforme regime tributável enquadrado.

Esses encargos são apresentados como dedução das receitas na demonstração de resultado.

Impostos recuperáveis ou impostos antecipados são apresentados no ativo circulante e não circulante, de acordo com o prazo estimado de sua realização.

n) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos no balanço patrimonial quando a Companhia for parte das disposições contratuais dos instrumentos.

i) *Ativos financeiros*

Reconhecimento inicial e mensuração

Ativos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios da Companhia para a gestão desses ativos financeiros.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

O modelo de negócios da Companhia para administrar ativos financeiros se refere a como ele gerencia seus ativos financeiros para gerar fluxos de caixa. O modelo de negócios determina se os fluxos de caixa resultarão da cobrança de fluxos de caixa contratuais, da venda dos ativos financeiros ou de ambos. Ativos financeiros classificados e mensurados ao custo amortizado são mantidos em plano de negócio com o objetivo de manter ativos financeiros de modo a obter fluxos de caixa contratuais.

As compras ou vendas de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado (negociações regulares) são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em:

- Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida): quando os ativos financeiros são mantidos e administrados para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros. Os saldos de contas a receber são ativos financeiros mensurados ao custo amortizado.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com (ou sem) reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida): quando os ativos financeiros são mantidos tanto para obter fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por recebimento de principal e juros, quanto para a venda. A Companhia não possui ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados.
- Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizada para ativos financeiros que não atendam a nenhum dos critérios descritos acima, sendo as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. Os direitos creditórios são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Desreconhecimento

Um ativo financeiro (ou, quando aplicável, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é desreconhecido quando:

- Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expiraram; ou

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- A Companhia transferiu seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos sem atraso significativo a um terceiro nos termos de um contrato de repasse e (a) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia nem transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, mas transferiu o controle do ativo.

Quando a Companhia transfere seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo ou celebra um acordo de repasse, ele avalia se - e em que medida - reteve os riscos e benefícios da propriedade.

Quando não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, nem transferiu o controle do ativo, a Companhia continua a reconhecer o ativo transferido na medida de seu envolvimento continuado. Nesse caso, a Companhia também reconhece um passivo associado. O ativo transferido e o passivo associado são mensurados em uma base que reflita os direitos e as obrigações retidos pela Companhia.

O envolvimento contínuo sob a forma de garantia sobre o ativo transferido é mensurado pelo menor valor entre: (i) o valor do ativo; e (ii) o valor máximo da contraprestação recebida que a entidade pode ser obrigada a restituir (valor da garantia).

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

- Divulgações para premissas significativas - Nota 3.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2023 não havia perdas estimadas provisionadas para os ativos financeiros da Companhia.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

ii) Passivos financeiros

Reconhecimento inicial e mensuração

Os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivos financeiros ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de hedge em um hedge efetivo, conforme apropriado. Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente

Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

- Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado: utilizado para o reconhecimento dos passivos financeiros mantidos para negociação e àqueles que, em seu reconhecimento inicial, forem designados sob a opção de valor justo, podendo ser feito o reconhecimento das alterações de valor justo através do resultado ou por meio de outros resultados abrangentes, a depender da natureza que originar tal alteração.
- Passivos financeiros ao custo amortizado: principalmente destinado ao reconhecimento de passivos financeiros que não sejam mantidos para negociação, não sejam derivativos e que não tenham sido designados, em seu reconhecimento inicial, sob a opção de valor justo.

Desreconhecimento

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

Compensação de instrumentos financeiros

Os ativos financeiros e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial individual e consolidado se houver um direito legal atualmente aplicável de compensação dos valores reconhecidos e se houver a intenção de liquidar em bases líquidas, realizar os ativos e liquidar os passivos simultaneamente.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

o) Classificação circulante versus não circulante

A Companhia apresenta ativos e passivos no balanço patrimonial com base na sua classificação como circulante ou não circulante. Um ativo é classificado no circulante quando:

- Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no decurso normal do ciclo operacional;
- Está mantido essencialmente com o propósito de ser negociado;
- Espera-se que seja realizado até 12 meses após a data do balanço; e
- É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou uso para liquidação de passivo se encontre vedada durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Todos os demais ativos são classificados como não circulantes.

Um passivo é classificado não circulante quando:

- Espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;
- Está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;
- Deve ser liquidado no período de até 12 meses após a data do balanço; e
- A Companhia não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.

Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não afetam a sua classificação. A Companhia classifica todos os demais passivos no não circulante.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são classificados no ativo e passivo não circulante.

p) Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. A mensuração do valor justo é baseada na presunção de que a transação para vender o ativo ou transferir o passivo ocorrerá: i) no mercado principal para o ativo ou passivo; e ii) na ausência de um mercado principal, no mercado mais vantajoso para o ativo ou o passivo. O mercado principal ou mais vantajoso deve ser acessível pela Companhia.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A Companhia é capaz de classificar os saldos de valor justo, com base nos dados observáveis. A hierarquia do valor justo é usada para priorizar os insumos utilizados para mensurar o valor justo. Os três níveis de hierarquia de valor justo são as seguintes:

- *Nível 1. Mercado ativo: preço cotado* - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em um mercado ativo se os preços cotados estiverem pronta e regularmente disponíveis para a troca ou organizados por operadores do mercado de balcão, por corretores, ou por associação de mercado por entidades que visam ter preços divulgados pelas agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento;
- *Nível 2. Sem mercado ativo: Técnica de Avaliação* - Para um instrumento sem mercado ativo, o valor justo é avaliado através de uma metodologia de avaliação / pricing. Outros critérios podem ser utilizados, tais como os dados do valor justo de outro instrumento atual que é substancialmente a mesmo, análise do fluxo de caixa descontado e modelos de precificação de opções. A técnica de avaliação visa determinar qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca isentos de outros interesses e motivada por considerações comerciais;
- *Nível 3. Sem mercado ativo: instrumentos de capital próprio* - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em um mercado ativo e derivados, que estão ligados a eles e que devem ser liquidados mediante a entrega de ações não negociadas.

4. Adoção de normas internacionais de contabilidade novas e revisadas

4.1. Adoção de novos pronunciamentos contábeis

Não há nenhuma nova norma ou alteração, válida para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2023 ou após essa data que afete materialmente as demonstrações financeiras do Grupo. O Grupo decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenha sido emitida, mas ainda não esteja vigente.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

5. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	-	-	1	-
Bancos	-	-	4.256	1.592
Aplicações financeiras (a)	6.348	56.811	8.297	57.772
Aplicações sobre cotas de fundos (b)	-	-	3.659	11.851
	6.348	56.811	16.213	71.215

- (a) Referem-se a aplicações financeiras com conversibilidade imediata em caixa e risco insignificante de mudança no valor. Objetivo de buscar rentabilidade de no mínimo 95% do CDI em 2023 e em 2022.
- (b) Referem-se a aplicações em Fundo de Investimento Renda Fixa BRL Referenciado DI Longo Prazo, que tem por objetivo buscar acompanhar a variação do certificado de depósito interbancário (CDI), de forma que, no mínimo, 95% dos ativos componentes de sua carteira, estejam atrelados, direta ou indiretamente, a este parâmetro em 2023 e em 2022.

6. Títulos mantidos para negociação

Consolidado

Títulos públicos definitivos				
31/12/2023	Fundo	Vencimento	Custo contábil	Valor de Mercado
Tesouro Selic (LFT)	AJ II	01/09/2028	28	28
			28	28
Títulos públicos definitivos				
31/12/2022	Fundo	Vencimento	Custo contábil	Valor de Mercado
Tesouro Selic (LFT)	AJ I	01/06/2028	943	1.000
Tesouro Selic (LFT)	AJ II	01/09/2028	25	25
			968	1.025

Os valores de emissão dos títulos Tesouro Selic (LFTs) foram atualizados pela variação da taxa Selic média da data de emissão até 31 de dezembro de 2022 e 2021. Os valores apurados foram descontados pela taxa de ágio/deságio, para as respectivas datas de vencimento dos papéis, apuradas no mercado secundário e divulgadas pela Anbima.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, foi reconhecido no resultado com Títulos públicos, o montante de R\$ 68. (em 2022 – R\$ 479).

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

7. Direitos creditórios

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Precatórios federais	-	-	102.893	58.387
Precatórios estaduais	-	-	190.484	85.523
Precatórios municipais	-	-	71.717	12.340
Pré-precatórios estaduais	-	-	3.724	1.246
Processos trabalhistas	-	-	7.344	2.294
	-	-	376.162	159.790
Não circulante				
Precatórios federais	-	-	137.910	102.761
Precatórios estaduais	-	-	253.189	214.589
Precatórios municipais	-	-	107.648	73.945
Pré-precatórios estaduais	-	-	5.516	6.046
Processos trabalhistas	-	-	1.553	1.116
PCLD (Pré-precatório)	-	-	(607)	-
			505.209	398.457
	-	-	881.371	558.247

7.1. Movimentação dos direitos creditórios

	Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	558.247	193.182
Aquisições de direitos creditórios	226.303	301.561
Apropriação de rendas sobre direitos creditórios	225.061	149.981
Recebimento de títulos de direitos creditórios	(126.819)	(87.280)
Outros	(1.421)	803
Saldo no final do exercício	881.371	558.247

7.2. Descrição dos direitos creditórios adquiridos

Os direitos creditórios adquiridos pela Companhia, através dos fundos de investimentos em direito creditório e PXJUS são decorrentes:

- (i) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, constituídos por sentenças transitadas em julgado protocoladas no curso de ações judiciais contra os devedores e representados por precatórios emitidos em virtude de execução de sentenças respectivas ("precatórios");
- (ii) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direto ou indireta, federal, estadual ou municipal, inclusive autarquias, constituídos por sentenças transitadas em julgado protocoladas, com os respectivos cálculos devidamente homologados pelo juízo competente, no curso de ações judiciais contra os devedores, ainda não representadas por precatórios emitidos em virtude de execução de sentenças respectivas ("pré-precatórios");

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (iii) de valores de crédito detidos contra pessoas jurídicas de direito público, da administração direta ou indireta, apenas federal, decorrente de requisição de pagamento de quantia a que a fazenda pública federal foi condenada em processo judicial, para valores totais de até 60 salários-mínimos ("requisições de pequeno valor"), que poderão prever, conforme a sua origem e natureza, incidência de juros e correção monetária; e
- (iv) de direitos creditórios decorrentes de obrigações de natureza trabalhista ou não (inclusive cível e consumerista), devidos por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado ("devedores"), que constituam o objeto de ações judiciais em curso (fase judicial) ou cuja reclamação esteja na iminência de ser ajuizada (fase pré-judicial), que atendam à política de investimento, composição e diversificação da carteira do fundo ("carteira") descrita no regulamento.

As taxas praticadas nas operações com aquisição substancial dos riscos e benefícios variam de acordo com o prazo de vencimento dos direitos creditórios, podendo variar indeterminadamente. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 as taxas praticadas variaram, respectivamente, entre 0,04% e 5,92% a.m e 0,18% e 6,53% a.m.

8. Partes relacionadas

8.1. Ativo

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Circulante				
Adiantamento para aumento de capital (a)	-	6.272	-	-
Não circulante				
Mútuos a receber de sócios (b)	-	2.395	-	2.462
	-	8.667	-	2.462

(a) Adiantamento para futuro aumento de capital efetuado por acionistas da Companhia integralizado na forma de aumento de capital, em moeda nacional, sem nenhum tipo de indexação ou correção monetária, durante o exercício de 2023 na controlada Pjus Investimentos em Direitos Creditórios Ltda.

(b) Liquidação dos mútuos com os sócios realizado durante o exercício de 2023.

8.2. Remuneração da Administração

Os administradores da Companhia atuam em determinadas frentes de negócios da Companhia e suas controladas, sendo remunerados de acordo com a dedicação à cada atividade desempenhada.

A Companhia e suas controladas remuneraram os administradores nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, respectivamente, o montante de R\$1.858 e R\$1.851.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

9. Investimentos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
FIM Crédito Privado Ativos Judiciais (a)	258.576	92.163	-	-
Outros Fundos (b)	-	-	6.734	1.451
Pjus Investimentos Em Direitos Creditórios Ltda	20.329	3.786	-	-
	278.905	95.949	6.734	1.451

(a) Os Fundos de Investimentos em créditos privados da Controladora são mensurados ao valor justo das cotas.

(b) Os investimentos no Consolidado se referem a Outros Fundos (ADJUD I e Consórcio), sobre os quais a Companhia não possui controle ou influência significativa.

9.1. Movimentação

As alterações registradas na rubrica Investimentos fundos, para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022 foram as seguintes:

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	95.949	65.859
Subscrição de cotas do FIM (a)	97.205	6.200
Aumento de capital Pjus Ltda	26.772	-
Resultado de equivalência	58.979	23.748
Ajuste reflexo de investimento	-	142
Saldo no final do exercício	278.905	95.949

(a) Em 31 de dezembro de 2023, a PJUS S.A detinha 94.367.774,90804119 cotas (53.192.686,37681288 cotas em 2022) que equivalem ao montante de R\$ 258.576 (R\$ 92.163 em 2022)

10. Imobilizado

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Instalações	-	-	623	586
Máquinas, aparelhos e equipamentos	-	-	92	19
Equipamentos de informática	-	-	1.334	991
Moveis e utensílios	-	-	842	801
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	331	331
Total do Imobilizado	-	-	3.222	2.728
Depreciação acumulada	-	-	(924)	(515)
Total do Imobilizado Líquido	-	-	2.298	2.213

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Movimentação

Consolidado

	Saldo Inicial								Saldo Final
	31/12/2021	Adição	Transferência	Depreciação	31/12/2022	Adição	Transferência	Depreciação	31/12/2023
Em operação									
Instalações	560	12	-	(59)	513	37	-	(59)	491
Máquinas, aparelhos e equipamentos	8	11	-	(1)	18	73	-	(3)	88
Equipamentos de informática	549	302	-	(171)	680	343	-	(250)	773
Moveis e utensílios	526	221	-	(69)	678	40	-	(83)	635
Benfeitorias em propriedades de terceiros	-	-	331	(7)	324	-	-	(13)	311
Em obras									
Benfeitorias em andamento	291	40	(331)	-	-	-	-	-	-
	1.934	586	-	(307)	2.213	493	-	(408)	2.298

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

11. Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Software em andamento (a)	-	-	3.683	3.316
Ágio (b)	-	-	142	142
Software	-	-	6.613	2.448
Amortização	-	-	(1.236)	(191)
	-	-	9.202	5.715

(a) O software em andamento refere-se principalmente para inovação dos sistemas voltado às operações de prospecção e captação de clientes para aquisição de carteira de direitos creditórios.

(b) Ágio gerado na aquisição de participação adicional na controlada Pxjus em 2021.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Movimentação

Consolidado

	31/12/2021	Adição	Transferência	Amortização	31/12/2022	Adição	Transferência	Amortização	31/12/2023
Software	98	-	2.338	(178)	2.258	-	4.164	(1.045)	5.377
Software em andamento	1.613	4.040	(2.338)	-	3.315	4.532	(4.164)	-	3.683
Ágio	-	142	-	-	142	-	-	-	142
	1.711	4.182	-	(178)	5.715	4.532	-	(1.045)	9.202

12. Direito de uso e passivos de arrendamento

Para o reconhecimento dos passivos de arrendamento a valor presente, a Companhia utilizou uma taxa de desconto de aproximadamente 10,65% ao ano, que representa, substancialmente, a taxa de juros implícita em seus contratos, sem considerar os efeitos futuros de inflação projetada. A seguir são apresentadas as movimentações dos arrendamentos, conciliadas com os saldos do balanço patrimonial no encerramento dos exercícios de 2023:

Direito de uso	31/12/2021	Adição	Depreciação	31/12/2022	Adição	Depreciação	31/12/2023
Imóveis	474	1.020	(295)	1.199	382	(379)	1.202
	474	1.020	(295)	1.199	382	(379)	1.202

Passivos de arrendamentos	31/12/2021	Adição	Provisão Juros	Transf.	Amortização	31/12/2022	Adição	Provisão Juros	Transf.	Amortização	31/12/2023
Circulante	30	192	15	295	(258)	274	111	37	549	(471)	500
Não circulante	444	828	83	(295)	-	1.060	271	104	(549)	-	886
	474	1.020	98	-	(258)	1.334	382	141	-	(471)	1.386

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

13. Impostos e contribuições a recolher

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ISS a recolher	-	-	402	408
PIS e COFINS a recolher	-	-	576	464
IRPJ e CSLL a recolher	35	27	67	42
IRRF a recolher	70	-	724	511
Outros impostos a recolher	11	-	61	49
	116	27	1.830	1.474

14. Salários, provisões e obrigações sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salário a pagar	-	-	1.011	1.805
Pró-labore a pagar	-	-	179	25
Provisão de férias	-	-	1.369	1.721
INSS / FGTS a recolher	-	-	664	533
Outros	-	-	21	54
	-	-	3.244	4.138

15. Obrigações por contas de fundo de investimento

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Cotas seniores de fundo de investimento	-	-	503.052	403.638
	-	-	503.052	403.638

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Movimentação Cota Seniores

Cota seniores	R\$	Quantidade	31/12/2023	R\$	Quantidade	31/12/2022
Cotas seniores I	1,19	68.111	80.796	1,08	29.530	31.934
Cotas seniores II	1,20	100.660	120.815	1,11	100.660	111.640
Cota Seniores III	1,19	73.578	87.280	-	-	-
Cota Seniores IV	1,09	105.727	114.747	-	-	-
Saldo Inicial	1,16	348.076	403.638	1,10	130.190	143.574
Cotas seniores I	-	-	-	1,10	38.581	42.430
Cotas seniores II	-	-	-	-	-	-
Cota Seniores III	-	-	-	1,11	73.578	81.920
Cota Seniores IV	1,14	168.548	191.329	1,02	105.727	108.288
Cota Seniores VII	1,18	20.081	23.600	-	-	-
Cotas Emitidas	1,14	188.629	214.929	1,07	217.886	232.638
Cota Seniores I	-	-	(43.692)	-	-	(7.214)
Cota Seniores II	-	-	(49.657)	-	-	(5.226)
Cota Seniores III	-	-	(48.279)	-	-	(7.794)
Cota Seniores IV	-	-	(56.476)	-	-	-
Cotas Amortizadas	-	-	(198.104)	-	-	(20.234)
Cotas seniores I	0,65	43.141	28.002	1,19	68.111	80.796
Cotas seniores II	-	-	-	1,20	100.660	120.815
Cotas seniores III	0,65	52.175	33.865	1,19	73.578	87.280
Cotas seniores IV	1,03	200.149	205.977	1,09	105.727	114.747
Cotas seniores V	0,84	46.373	39.151	-	-	-
Cotas seniores VI	0,83	100.660	83.603	-	-	-
Cotas seniores VII	1,19	94.208	112.454	-	-	-
Saldo Final	0,94	536.706	503.052	1,16	348.076	403.638

15.1. Subscrição e integralização de cotas

O FIDC AJI foi lançado em março de 2021 e emitiu cotas seniores por meio de oferta pública a investidores institucionais qualificados. O objetivo desse FIDC é adquirir recebíveis oriundos de direitos creditórios, conforme explicitado à nota 7.

A partir da data da primeira integralização das cotas seniores, seu respectivo valor unitário será calculado todo dia útil, para efeito de determinação de seu valor de integralização, amortização ou resgate, devendo corresponder ao valor unitário da cota de fechamento no dia útil imediatamente anterior acrescido dos rendimentos no exercício com a remuneração de 100% (cem por cento) da variação acumulada da Taxa DI, acrescida exponencialmente de uma sobretaxa (Spread) de aproximadamente 6,5% (seis inteiros e cinco décimos por cento) ao ano e, cotas seniores com remuneração de IPCA acrescida de uma sobretaxa (Spread) de 6,75% (seis inteiros e setenta e cinco por cento) ao ano. As cotas seniores têm prazo de resgate de 60 meses a partir da 1ª data de integralização das cotas. Os retornos residuais dos FIDCs, se houver, são pagos às cotas subordinadas. A Companhia detém a maioria das cotas subordinadas dos FIDCs.

Em 31 de dezembro de 2023 o montante de R\$503.052 (R\$403.638 em 31 de dezembro de 2022) referente às cotas seniores fundo de investimento, foram considerados como um passivo financeiro, uma vez que não atendeu as condições que qualifica um instrumento patrimonial, uma vez que há uma obrigação contratual de pagamento em caixa das cotas seniores, conforme rendimento previsto, e não há possibilidade de liquidação em instrumentos patrimoniais.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Sendo que a atualização das cotas seniores em 31 de dezembro de 2023 no montante de R\$82.589 (R\$47.661 em 31 de dezembro de 2022) foi reconhecida no resultado do exercício como despesa financeira (vide nota explicativa 21).

16. Debêntures

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Passivo não circulante	38.168	-	38.168	-
	38.168	-	38.168	-

16.1. Movimentação

	Controladora	
	31/12/2023	31/12/2022
Saldo no início do exercício	-	-
Debêntures subscritas	37.500	-
Juros Provisionados	668	-
Saldo no final do exercício	38.168	-

Em 09 de novembro de 2023, a Companhia aprovou a emissão de 75.000 (setenta e cinco milhões) de debêntures, em primeira emissão, simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie com garantia real, para colocação privada, das quais foram subscritas, na mesma data, 37.500 (trinta e sete milhões e quinhentos mil) de debêntures, com o valor total de R\$37.500 (trinta e sete milhões e quinhentos mil reais). A data de vencimento final das debêntures é 01 de novembro de 2027.

As debêntures estão sujeitas a juros remuneratórios correspondentes à variação acumulada de 100% da taxa média referencial dos depósitos interfinanceiras (CDI Extra-Grupo), acrescida de uma sobretaxa (spread) de 6% ao ano.

A garantia real é a alienação fiduciária sobre a totalidade das cotas de emissão do FIM Ativo Judiciais, detidas pela Emissora (Pjus Participações S.A), na data de 09 de novembro de 2023, nos termos do “Instrumento Particular de Alienação Fiduciária de Cotas e Outras Avenças” celebrado nessa data entre as Partes (“Alienação Fiduciária” e “Contrato de Alienação Fiduciária”, respectivamente). Desde que não tenha ocorrido e não esteja em curso um Evento de Vencimento Antecipado, o Agente Fiduciário iniciará os procedimentos para liberações parciais das Cotas Alienadas Fiduciariamente (conforme definido no Contrato de Alienação Fiduciária de Cotas) de acordo com os períodos abaixo definidos (cada uma, uma “Liberação Parcial” e “Prazo para Liberação Parcial”), para que as Cotas Alienadas Fiduciariamente correspondam, após cada uma das referidas liberações, ao percentual de 130% (cento e trinta por cento) do Saldo Devedor das Debêntures (“Razão de Garantia”):

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

- (a) após 120 (cento e vinte) dias, a contar da data do Primeiro Desembolso;
- (b) em até 5 (cinco) Dias Úteis, a contar de qualquer Data de Amortização Extraordinária; ou
- (c) a cada 180 (cento e oitenta) dias, a contar da primeira Data de Amortização Ordinária.

17. Provisão para demandas judiciais

Com base na análise individual dos processos impetrados contra a controladora e suportadas por opinião de seus consultores jurídicos, foram constituídas provisões trabalhistas para riscos com perdas consideradas prováveis, demonstradas a seguir:

	2023	2022
Saldos em 1º de janeiro	36	43
Provisões	12	(7)
Saldos em 31 de dezembro	48	36

Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia possuía causas trabalhistas cujas probabilidades de perda foram classificadas como possíveis no valor de R\$2.286 mil (R\$662 mil em 2022).

18. Capital social e reservas

Capital social

Em 31 de dezembro de 2023 o capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 160.076 (cento e sessenta milhões e setenta e seis mil reais), dividido em 95.269.484 (noventa e cinco milhões, duzentas e sessenta e nove mil, quatrocentas e oitenta e quatro) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, das quais restam a integralizar no ano de 2024 o valor de R\$ 4.576 (quatro milhões, quinhentos e setenta e seis mil) que representam o total de 2.377.993 (dois milhões, trezentas e setenta e sete mil, novecentas e noventa e três) ações ordinárias.

Em 31 de dezembro de 2022 o capital social da Companhia, totalmente subscrito, é de R\$ 125.500 (cento e vinte e cinco milhões e quinhentos mil reais) dividido em 76.833.369 (setenta e seis milhões, oitocentos e trinta e três mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Reserva de capital

Conforme estabelecido no Estatuto Social do Grupo, o lucro remanescente após distribuição de dividendos e constituição de reserva legal será destinado à formação da reserva de reforço para capital de giro, ressalvada deliberação em contrário da Assembleia Geral, conforme proposta do Conselho de Administração. Caso o saldo das reservas de lucros ultrapasse o capital social, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização ou no aumento do capital social ou, ainda, na distribuição de dividendos adicionais aos acionistas. Adicionalmente, a Companhia registra o efeito reflexo de transações em reserva de capital de controladas, em consonância com o IPC 09.

Reserva legal

O Estatuto Social do Grupo prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social.

19. Receita líquida

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	(Reapresentado)			
Receita de serviços prestados (a)	-	-	18.003	25.659
Receita de outras atividades (b)	-	-	1.987	458
Receitas com títulos precatórios (c)	-	-	223.693	111.770
Receita Bruta	-	-	243.683	137.887
ISS S/ Serviços Prestados	-	-	(1.726)	(1.721)
PIS / COFINS s/ faturamento	-	-	(3.211)	(3.192)
Outros impostos	-	-	(51)	(8)
Total das deduções	-	-	(4.988)	(4.921)
Total da receita líquida	-	-	238.695	132.966

(a) Refere-se a receita de taxa administrativa, comissão e taxa de performance faturadas conforme cálculos previstos nos regulamentos dos fundos.

(b) As Receitas de outras atividades se referem à valorização de RPV.

(c) Refere-se a receita do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais I e, Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados Ativos Judiciais II.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

20. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
				(Reapresentado)
Pessoal	-	-	(26.910)	(25.878)
Tecnologia e informática	(32)	-	(3.622)	(2.158)
Serviços prestados	(722)	(224)	(8.633)	(2.782)
Taxa de gestão	-	-	(6.733)	(3.933)
Taxa de performance	-	-	(9.813)	(4.855)
Taxa de administração (a)	-	-	(893)	(2.453)
Despesas taxa CVM	-	-	(229)	(211)
Manutenção	-	-	(171)	(429)
Comissões	-	-	(40)	(734)
Materiais e ferramentas	(1)	-	(71)	(84)
Despesas cartorária	(3)	-	(3)	(73)
Contingências	-	-	(12)	7
Publicidade e propaganda	-	-	(363)	(335)
Telecomunicações	-	-	(169)	(181)
Depreciação e amortização	-	-	(1.832)	(781)
Energia elétrica	-	-	(214)	(262)
Despesas tributárias	(48)	(1)	(129)	(71)
Outras despesas / custos	(539)	(300)	(4.095)	(1.999)
	(1.345)	(525)	(63.932)	(47.212)
Classificação por função				
Custos dos serviços prestados	-	-	(18.415)	(19.178)
Despesas gerais e administrativas	(1.345)	(525)	(45.517)	(28.034)
Total	(1.345)	(525)	(63.932)	(47.212)

(a) Taxa de Administração: É cobrada dos fundos, serviços de administração, gestão, custódia, tesouraria, controle e processamento dos títulos e valores mobiliários integrantes da carteira do Fundo, bem como pelos serviços de distribuição, escrituração da emissão e resgate de cotas, pagas aos gestores e administradores dos fundos.

21. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Rendimentos de aplicações financeiras	3.700	4.662	4.022	5.017
Descontos obtidos	-	-	7	-
Rendimento de aplicações de fundos	-	-	2.900	5.792
Total das receitas financeiras	3.700	4.662	6.929	10.809

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valorização cotas seniores (a)	-	-	(82.589)	(47.661)
Despesas bancárias	-	-	(29)	(27)
Juros passivos	-	-	(5)	(31)
IOF	(69)	(28)	(127)	(90)
Juros de arrendamento	-	-	(141)	(98)
Juros sobre debêntures	(668)	-	(668)	-
Total das despesas financeiras	(737)	(28)	(83.559)	(47.907)
Resultado financeiro	2.963	4.634	(76.630)	(37.098)

(a) Referem-se aos juros incorridos sobre os recursos captados através de cotas seniores junto aos investidores qualificados como profissionais, recursos esses utilizados para a aquisição dos direitos creditórios.

22. Imposto de renda e contribuição social

22.1. Composição do passivo de IRPJ e CSLL - diferidos

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
IRPJ diferido	(26.189)	(9.887)	(26.636)	(9.986)
CSLL diferido	(9.428)	(3.560)	(9.589)	(3.595)
	(35.617)	(13.447)	(36.225)	(13.581)
Pis e Cofins Diferido	-	-	(66)	(15)
	(35.617)	(13.447)	(36.291)	(13.596)

22.2. Reconciliação das despesas de IRPJ e CSLL

a) Imposto de renda e contribuição social correntes

A Companhia apura o imposto de renda e a contribuição com base no lucro presumido. A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas do imposto de renda e da contribuição social reconhecida no resultado do período é demonstrada como segue:

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	Alíquota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Corrente					
Receita operacional		-	-	505	201
Base de Cálculo Lucro Tributável (A)	32%	-	-	162	64
Rendimento financeiro (B)		7.634	656	7.862	787
Base de Cálculo (A+B)		7.634	656	8.024	851
IRPJ	15%	(1.145)	(98)	(1.204)	(128)
Adicional	10%	(740)	(43)	(755)	(46)
Despesa c/ IRPJ		(1.885)	(141)	(1.959)	(174)
Despesa c/ CSLL	9%	(687)	(59)	(721)	(77)
Total corrente		(2.572)	(200)	(2.680)	(251)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

A seguir demonstramos os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos:

		Controladora	Controladora	Consolidado	Consolidado
	Alíquota	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Diferido					
Receita operacional		-	-	1.395	192
Base de cálculo	32%	-	-	446	62
IRPJ s/ base de cálculo	25%	-	-	(112)	(15)
CSLL s/ base de cálculo	9%	-	-	(40)	(6)
Rendimento financeiro		65.204	35.594	66.155	35.756
IRPJ s/ rendimento financeiro	25%	(16.301)	(8.899)	(16.539)	(8.939)
CSLL s/ rendimento financeiro	9%	(5.868)	(3.204)	(5.954)	(3.218)
Despesa c/ IRPJ		(16.301)	(8.899)	(16.651)	(8.954)
Despesa c/ CSLL		(5.868)	(3.204)	(5.994)	(3.224)
Total despesa diferido		(22.169)	(12.103)	(22.645)	(12.178)
Despesas c/ Pis/Cofins diferidos		-	-	(51)	(7)
Total passivo diferido		(22.169)	(12.103)	(22.696)	(12.185)

Os impostos diferidos referem-se ao provisionamento de imposto de renda e contribuição social sobre o reconhecimento do ganho da participação nos Fundos. A PJUS S.A. irá tributar o rendimento de forma efetiva às alíquotas combinadas de 34% de IR/CS quando do resgate das cotas. A despesa de IRPJ e CSLL foi reconhecida em contrapartida ao saldo do passivo.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

23. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros utilizados pelo grupo são às aplicações financeiras, aplicações em investimentos, contas a receber e recebíveis de precatório.

Estes instrumentos são administrados por meio de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e minimização de riscos.

23.1. Gestão dos riscos financeiros

A Administração monitora e administra os riscos financeiros inerentes às operações. O principal objetivo é manter a exposição da Companhia a esses riscos em níveis mínimos, utilizando, para isso, instrumentos financeiros e avaliando e controlando a qualidade creditícia de suas contrapartes e a liquidez dos seus ativos financeiros. Entre esses riscos destacam-se:

Risco de mercado (risco de taxa de juros): os ativos financeiros compostos por aplicações em CDB-DI, cotas de fundos de investimentos e direitos creditórios estão sujeitos a oscilações nos seus preços em função da reação dos mercados frente às notícias e expectativas econômicas e políticas, tanto no Brasil como no exterior, podendo ainda responder a fatos específicos a respeito dos respectivos emissores. Além disto, ainda há possibilidade de ocorrer mudanças nos padrões de comportamento de seus preços sem que haja mudanças significativas no contexto econômico e/ou político nacional e internacional.

A Companhia está exposta a riscos normais de mercado em decorrência de mudanças nas taxas de juros e índices de correção monetária, sendo os principais instrumentos financeiros atrelados a tais índices demonstrados abaixo:

Indexador	Ativos financeiros	Passivos financeiros
CDI	Aplicações financeiras e fundos de investimento renda fixa	-
CDI e IPCA	-	Cotas seniores de fundo de investimento
CDI	-	Debêntures

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2023, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2024, conforme detalhado abaixo: Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2024 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2023, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2023 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2024. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2024 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2023	Taxa anual estimada p/ 2024	Variação entre taxas	Efeito
Cenário Provável						
CDI	11.956		11,75%	9,00%	-2,75%	(329)
CDI + 6,5%		541.220	18,25%	15,50%	-2,75%	(14.884)
Cenário I						
CDI	11.956		14,69%	11,25%	-3,44%	(411)
CDI + 6,5%		541.220	21,19%	17,75%	-3,44%	(18.604)
Cenário II						
CDI	11.956		17,63%	13,50%	-4,13%	(493)
CDI + 6,5%		541.220	24,13%	20,00%	-4,13%	(22.325)

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação dos indexadores dos ativos e passivos financeiros, levando em consideração a exposição líquida desses instrumentos financeiros mantidos em 31 de dezembro de 2022, como se os referidos saldos estivessem em aberto durante todo o exercício de 2023, conforme detalhado abaixo:

Ativo financeiro exposto líquido e passivo financeiro exposto líquido: considerou-se a variação entre a taxa estimada para o ano de 2023 ("cenário provável") e a taxa efetiva verificada no ano de 2022, multiplicada pelo saldo exposto líquido em 31 de dezembro de 2022 para calcular o efeito financeiro, caso o cenário provável se materializasse no ano de 2023. Para as estimativas dos efeitos, considerou-se um aumento na taxa estimada para 2023 em 25% no cenário I e 50% no cenário II.

Indicadores:	Ativo	Passivo	Taxa efetiva em 31/12/2023	Taxa anual estimada p/ 2024	Variação entre taxas	Efeito
Cenário Provável						
CDI	69.622		13,75%	12,50%	-1,25%	(870)
CDI + 6,5%		403.638	20,25%	19,00%	-1,25%	(5.045)
Cenário I						
CDI	69.622		17,19%	15,63%	-1,56%	(1.088)
CDI + 6,5%		403.638	23,69%	22,13%	-1,56%	(6.307)
Cenário II						
CDI	69.622		20,63%	18,75%	-1,88%	(1.305)
CDI + 6,5%		403.638	27,13%	25,25%	-1,88%	(7.568)

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Risco de crédito: é o risco de perda financeira da Companhia caso um emissor ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe ao cumprimento de suas obrigações contratuais.

A Companhia está exposta ao risco de crédito de seus valores de direitos creditórios na investida.

A realização dos direitos creditórios depende do adimplemento da Fazenda Pública e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos, sendo que, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. A Fazenda Pública poderia, por exemplo, ingressar com medida judicial a fim de suspender pagamentos dos precatórios alegando erro material nos cálculos dos valores ou que as premissas dos cálculos contrariam a decisão condenatória de mérito transitada em julgado. Quanto ao risco de crédito associado às aplicações financeiras e equivalentes de caixa, a Companhia somente realiza operações em instituições com baixo risco.

Risco de liquidez: em decorrência da iliquidez dos direitos creditórios, existe a possibilidade de o Fundo não estar apto a efetuar pagamentos relativos a amortizações de cotas eventualmente solicitado pelos cotistas ou resgate de cotas, na forma permitida na regulamentação vigente. A falta de liquidez pode, ainda, provocar a venda de ativos com descontos superiores àqueles observados em mercados líquidos ou em operações similares. Caso o cotista queira se desfazer dos seus investimentos no Fundo, o mercado secundário para negociação de tais cotas apresenta baixa liquidez, não havendo garantia de que os cotistas conseguirão alienar suas cotas pelo preço e no momento desejado.

A investida Pxjus também está exposta ao risco de crédito de seus valores de direitos creditórios. A realização desses direitos creditórios depende do adimplemento da Fazenda Pública e do efetivo pagamento dos valores devidos, reajustados e com a aplicação dos juros previstos, sendo que, não há qualquer garantia ou certeza de que tais pagamentos serão efetuados, ou de que tais pagamentos serão efetuados nos prazos e nos valores previstos. Porém, a administração entende que o risco é baixo, uma vez que os direitos creditórios (RPVs) são adquiridos após transitado em julgado.

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Abaixo tabela com a expectativa dos fluxos de caixa dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2023:

	Controladora			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Contas a pagar	18	-	-	18
Debêntures	-	4.241	33.927	38.168
	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Contas a pagar	10.539	-	-	10.539
Cota seniores fundo de investimento	229.351	273.701	-	503.052
Debêntures	-	4.241	33.927	38.168
Passivo de arrendamento	500	463	423	1.386

Abaixo tabela com a expectativa dos fluxos de caixa dos passivos financeiros em 31 de dezembro de 2022:

	Controladora			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Contas a pagar	1	-	-	1
	Consolidado			
	Até 1 ano	Entre 1 e 2 anos	Mais de 2 anos	Total
Passivo				
Contas a pagar	6.986	-	-	6.986
Cota seniores fundo de investimento	-	403.638	-	403.638
Passivo de arrendamento	274	420	640	1.334

Derivativos: nos períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia não efetuou transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos.

Classificação dos instrumentos financeiros

	Controladora	Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros				
Partes relacionadas		Custo amortizado	-	8.667
Passivos financeiros				
Debêntures		Custo amortizado	38.168	-

Pjus Participações S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto quando indicado em contrário)

Consolidado	Classificação	31/12/2023	31/12/2022
Ativos financeiros			
Direitos creditórios	Valor justo por meio do resultado	881.371	558.247
Partes relacionadas	Custo amortizado	-	2.462
Depósitos judiciais e cauções	Custo amortizado	36	-
Passivos financeiros			
Passivos de arrendamento	Custo amortizado	1.386	1.334
Cotas seniores de fundo de investimento	Custo amortizado	503.052	403.638
Debêntures	Custo amortizado	38.168	-

Valor justo dos instrumentos financeiros

Pressupõe-se que os saldos de contas a receber de clientes, créditos reembolsáveis a receber e contas a pagar estejam próximos de seus valores justos. Adicionalmente, o caixa e equivalente de caixa e direitos creditórios estão mensurados aos seus e valores justos.

24. Eventos subsequentes

Em 15 de janeiro de 2024, foi realizada nova subscrição de 5.000 (cinco milhões) de debêntures, com o valor total de R\$5.000 (cinco milhões de reais), com o prazo de vencimento final das debêntures em 01 de novembro de 2027.

No dia 05 de janeiro de 2024, foi criado o Fundo XP PJUS FUNDO DE INVESTIMENTO EM DIREITOS CREDITÓRIOS com registro de funcionamento em 08 de janeiro de 2024 e início das atividades em 09 de janeiro de 2024, cuja participação da PJUS Participações S.A é de 85,10%. A operação desse Fundo iniciou-se em 24 de janeiro de 2024.
